

O Governador Geral do Brasil, Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, em carta de 15 de julho dêste ano, dá conta a Vossa Majestade que depois da frota partida o ano passado, sucedera na vila de Camamu, Capitania dos Ilhéus, levantarem-se os negros daquele distrito, fazendo cabeças deles uns cinco mulatos, que foram chamando a si tanto número que quiseram saquear a vila, e começaram a fazer pelos arredores, não só roubando aos moradores das roças, mas levando-lhes também suas mulheres e filhos, começando os negros do Recôncavo a quererem concorrer para o levantamento.

Que dando-lhe conta o capitão-mor daquela capitania deste sucesso, vendo que não convinha irem soldados àquela praça acudir a este levantamento, porque seriam sentidos dos negros, e se meteriam pelos matos, lhes mandara pólvora e bala e que ajuntassem as ordenanças e fizessem cabo delas a um Antônio Terras, que foi ali vereador, homem de boa feição, com o título de capitão das Entradas; com efeito se fizera o que mandou e se marchara com cem homens a buscar os negros que os esperavam em uma estacada com tambores de guerra, dizendo que morressem os brancos e vivesse a liberdade, e investindo os brancos aos pretos lhes ganharam a estacada, prenderam oitenta e tantos e mataram quatro, e dos nossos soldados morreram três.

Que a Relação daquela cidade mandara justiçar três dos cabeças porque os dois morreram na pendência, e aos mais presos obrigaram aos seus senhores que os vendessem para diversas partes, com que aqueles moradores deram graças a Deus de os haver livrado do perigo, em que estavam, não o festejando menos aquela cidade porque se fôra avesso nenhum negro houvera de fazer no Recôncavo dela.

Que depois de passados alguns meses lhe avisara o Capitão-mor de Porto Seguro das insolências que havia dois para três anos faziam uns trinta paulistas, que eram cabeças um Domingos Liame de Moraes e seu irmão Veríssimo de Moraes da Silva, que como réguis se tinham levantado com ele, seu o diu Capitão-mor poder sair fora de sua casa, nem os oficiais de justiça a poderem administrar, matando a quem lhes parecia, sequestrando-lhes ordens, e finalmente fazendo insolências e tiranias que havia muitos tempos a esta parte se não acordavam de excesso semelhante e lhe dizia o mesmo Capitão-mor que aos dois governadores gerais daquele estado tinha feito presente este negócio sem que nenhum deles lhe desse remédio.

(...)

Lisboa, 9 de novembro de 1692.